

Tozoni-Reis, M. F. C. (org.) A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas. São Paulo: Fapesp, 2007.

AÇÃO COLETIVA NA PRODUÇÃO DOS CONHECIMENTOS: COMPREENDENDO O PROCESSO GRUPAL

JOSÉ ROBERTO TOZONI REIS

INTRODUÇÃO

A pesquisa-ação-participativa que se consolida como uma metodologia de pesquisa em educação ambiental exige – na produção de conhecimentos e na ação educativa – continuidade, participação, parceria e trabalho coletivo, caracterizada pelos requisitos científicos e por proposta política de caráter democrático e emancipatório.

Um processo de produção de conhecimentos sob esta metodologia implica em uma ação marcada pelas dimensões científica e política, proposta e realizada por um conjunto de pessoas, caracterizando uma ação coletiva. Esses elementos, que definem a metodologia da pesquisa-ação-participativa, indicam a importância do processo grupal que ela engendra.

A concepção de educação ambiental que orienta este estudo enfatiza os processos de transformação social em suas dimensões sócio-ambientais. Consideremos, ao mesmo tempo, que qualquer transformação envolvendo as relações entre os seres humanos somente é possível a partir do agrupamento de pessoas. Considerando a concepção grupal na perspectiva dialética Lane (1984) afirma "que todo e qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais, desenvolvida em decorrência das relações de produção" (p.81-82). Nesse sentido, o grupo em si mesmo não garante transformações, mas cria condições de possibilidade para

que ela aconteça. Kurt Lewin, considerado um dos mais importantes criadores da pesquisa-ação, já destaca estas condições de possibilidades de transformação dos grupos. Seu estudo de mudança de hábitos alimentares com donas de casa americanas durante a segunda guerra mundial (Mailhot, 1973) tornou-se um clássico da psicologia social.

Portanto, o conhecimento dos processos grupais é fundamental para o desenvolvimento de trabalhos com a metodologia da pesquisa-ação-participativa em educação ambiental uma vez que o caráter coletivo e sua extensão no tempo são elementos essenciais. Todas as definições de grupo incluem a reunião de pessoas para a realização de uma tarefa ou a consecução de um objetivo. Toda pesquisa-ação-participativa implica necessariamente na reunião de pessoas para a realização de uma tarefa ou um objetivo, portanto, na constituição de um grupo. Conhecer os principais aspectos envolvidos nos processos de estruturação e funcionamento dos grupos, abre ao pesquisador algumas possibilidades de ampliação da qualidade de sua ação.

A constituição do fenômeno grupal como objeto de estudo da sociologia e da psicologia social, se deu no século XX, sendo, portanto, relativamente recente do ponto de vista histórico. No entanto, a preocupação com os fenômenos coletivos remonta ao século anterior. Pesquisando a origem da palavra grupo, Anzieu (1971) afirma que a palavra apareceu em língua francesa apenas em meados do Século XVII, levada da Itália. O termo se originou do italiano "gruppo", um termo técnico das belas artes, que designa vários indivíduos ou objetos pintados ou esculpidos que compõem um tema numa obra artística. Daí passou à linguagem corrente, significando um conjunto de elementos de qualquer natureza. Apenas na metade do Século XVIII a palavra "grupo" passou a designar em francês "uma reunião de pessoas". Esse autor destaca também que as línguas antigas não dispunham de nenhum termo que pudesse nomear uma associação de pessoas que perseguem um objetivo comum, pois até o Século XVII não tinha sentido pensar qualquer outra forma de relação fora da autonomia indivíduo-sociedade. Antes de designar, em italiano, um conjunto, a palavra grupo estava associada à "noção" remetendo a idéia de união, entrelaçamento. Por sua vez, esse sentido se relaciona ao

antigo provençal. Outra origem etimológica indica que a palavra grupo estaria ligada a palavra círculo, originária do alemão ocidental "Kruppa", que significa "massa arredondada". A idéia de círculo está também ligada à noção de igualdade, remetendo à tradição celta do Século VI: os Cavaleiros da Távola Redonda do Rei Arthur na Inglaterra ficavam todos equidistantes do ponto central da mesa. A tradição é retomada no Século XII pela Ordem dos Templários, cujos altares das Igrejas tinham uma forma circular para que os cavaleiros, que ocupavam a primeira fila durante a missa, ficassem todos à mesma distância de Deus. Esses dois sentidos etimológicos da palavra grupo, que indicam união e igualdade, tematizam as idéias de grupo a partir daí desenvolvidas, como afirmação ou negação.

Por que apenas no Século XVII a palavra grupo começa a existir na sociedade ocidental? As palavras existem apenas a partir de sua necessidade, de seu uso requerida pelas práticas sociais. O Século XVII representou a afirmação dos valores da nova ordem social e econômica iniciada alguns séculos antes, que superou a sociedade medieval e se consolidou, no Século XVIII, com a Revolução Francesa. O processo de urbanização promovido pelo capitalismo produziu novas formas de interação gerando muitos problemas e necessidades e fenômenos como a multidão, os pequenos grupos e outros tipos de organização coletiva, inclusive modificações na organização do grupo familiar. Lembremos também que foi então que surgiu a escola de massas, a escola para todos, a escola como instituição social, uma instituição educativa que pressupõe relações grupais.

As necessidades de ordenamento do espaço urbano, coerentes com a nova sociedade e fundamentadas na racionalidade da lógica cartesiana que influenciou toda forma de organização e pensamento ocidentais, exigiram estratégias de controle social para lidar com as contradições geradas pela nova realidade que implicaram em novos tipos de práticas e idéias sobre a organização coletiva nas cidades. Foucault (1993) situa no Século XVII o que chama de grande internação ocorrida na Europa em que as novas necessidades de ordenamento criaram mecanismos de segregação e de restrição visando tornar as cidades mais controladas, ou seja, tornar mais controladas as ameaças trazidas pela aglomeração de pessoas num mesmo espaço e

principalmente pela formação de grandes massas de desocupados resultante do processo de urbanização. Surgiu também o novo homem burguês, livre e disciplinado; a noção de indivíduo se estabeleceu. Nesse sentido, podemos ver aí a origem do antagonismo que se expressa pela oposição entre indivíduo e grupo que se fundamenta na idéia de que o grupo pode restringir a individualidade. Os valores decorrentes dessa idéia ganharam destaque a partir do Século XIX com o aparecimento de novas formas de oposição aos interesses dominantes na ordem capitalista e das novas formas de organização operárias que constituíram instrumentos das lutas pelas conquistas trabalhistas que re-configuraram as relações de trabalho nas sociedades modernas. As grandes manifestações de massas organizadas e lideradas pelos setores mais avançados da classe operária, ao mesmo tempo que ameaçavam a ordem estabelecida e geravam estigma, trouxeram a necessidade de compreensão dos novos fenômenos coletivos como formas mais organizadas de manifestação grupal, portanto, diferentes das formas de manifestação espontâneas até então conhecidas.

Gustave Le Bon expressa essa tendência do final do Século XIX ao publicar em 1895 de uma das primeiras tentativas de compreender e explicar o comportamento coletivo que é o seu livro *Psicologia das Multidões*. Por essa obra Le Bon é considerado na França o "pai da psicologia social". Nela, é apresentada a primeira tentativa de explicação dos fenômenos coletivos por fatores subjetivos, relacionando desejo e campo social. É de Le Bon a idéia, hoje banal, de que o grupo apresenta característica própria, distinta dos indivíduos que o compõe:

quaisquer que sejam os indivíduos que a compõem (a multidão), as semelhanças ou diferenças que possam ter seus estilos de vida, suas ocupações, seu caráter ou sua inteligência, o simples fato deles serem transformados em multidão os dota de um tipo de alma coletiva. Esta alma os faz sentir, pensar e agir de uma maneira totalmente diferente daquela que sentiria, pensaria e agiria cada um deles isoladamente. Algumas idéias, alguns sentimentos não surgem ou não se transformam em atos a não ser

quando os indivíduos estão na multidão (tradução livre, Le Bon, 1975, p.50).

As grandes conflagrações européias do século XIX, em especial os confrontos sociais na França que acompanharam a infância de Le Bon e também sua vida adulta - como os sangrentos acontecimentos da Comuna de Paris - parecem ressoar em suas considerações sobre a irracionalidade das massas. O indivíduo na multidão seria possuído por um sentimento de força, de invencibilidade tornando-se, bastante susceptível a um contágio mental que o impulsiona a abrir mão de seu interesse a favor da multidão; é dotado de uma sugestionalidade semelhante ao hipnotismo. Reproduzindo os valores dominantes da época, esse autor afirma que a multidão é feminina (pois impulsiva, instável, irritável) e esta feminilidade é análoga à alma infantil ou as dos primitivos: as massas exigem satisfação imediata de seus desejos, são extraordinariamente influenciáveis e crédulas, movidas por sentimentos simples e guiadas por imagens e palavras "mágicas", e exigem comando. Assim caracterizada, uma multidão poderia ser facilmente manipulada por pessoas que conhecessem estas características e usassem-nas segundo seus interesses manipulatórios. Embora em consonância com a visão conservadora do pensamento dominante de sua época, Le Bon abre a perspectiva para a compreensão dos processos coletivos que engloba tanto a realidade social quanto as vivências subjetivas criando caminhos para o estudo de grupos menores, que foram progressivamente se tornando mais importante nos padrões de relações sociais da chamada modernidade. Este processo já se manifestava no final do século XIX, e se expressa na necessidade de compreensão do funcionamento dos grupos familiares, industriais e educacionais e vai culminar, no século XX com a constituição do grupo como objeto de estudo da sociologia e da psicologia e a focalização dos pequenos grupos pela abordagem psico-sociológica.

Abordaremos neste estudo o desenvolvimento do processo grupal e as formulações teóricas que permitem a sua compreensão. Para isto, definimos como método de interpretação das teorias de grupo o materialismo histórico dialético. Esse método de interpretação da realidade toma, para análise dos fenômenos estudados, as categorias

de totalidade, historicidade, concreticidade e contraditoriedade. Essas categorias nos ajudam na busca da essência do mundo real e podem também nos ajudar na superação do caráter fragmentado da elaboração do conhecimento sobre grupos presentes nas metodologias fundamentadas na lógica formal. Lembremos que alguns intérpretes de Marx tomaram de forma mecânica e unívoca sua concepção de determinação das diferentes esferas da vida humana pelas relações econômicas, e com isso excluíram os fatores subjetivos do campo de fenômenos considerados para a compreensão da realidade humana. No entanto, encontramos nas teorias da alienação e do fetiche da mercadoria, de Marx, os fundamentos para a compreensão da realidade humana que valoriza os aspectos econômicos como determinantes em última instância e que se desenvolve em constante processo de influência e determinação recíprocas com os fenômenos superestruturais. Neste sentido, os conceitos de alienação, ideologia e consciência ganham importância para a compreensão dos fenômenos humanos como totalidade dinâmica de elementos objetivos e subjetivos.

Do ponto de vista de uma psicologia de bases neomarxistas não é só possível, como também é útil e desejável enterrar as formas de determinismo em Marx, para revigorar aqueles conceitos que, por seu poder analítico-explicativo, enriquecem o tratamento da subjetividade humana. Nesta ótica, os conceitos como alienação (como falta de consciência de) ideologia (como um conjunto de idéias e/ou valores que falsa ou verdadeiramente embasam as ações de segmentos/grupos/indivíduos) e dominação (como exercício de poder ilegítimo ou falsamente legítimo de uns sobre outros), apontam todos para as relações entre objetividade e subjetividade, permitindo aí a crítica (ao melhor estilo marxista) não do capital ou da propriedade, mas de todas as formas de concentração de saber, riqueza e poder (Monteiro, 1995, p.28)

É importante destacar aqui que o referencial metodológico aqui adotado estará presente na leitura dos autores que contribuem para a

construção das diferentes teorias de grupo, e não nos autores individualmente.

SARTRE E O INCABAMENTO DOS GRUPOS

O filósofo Jean Paul Sartre (1905-1980) foi pioneiro na abordagem dialética dos grupos e coletivos. Marcado pela experiência histórica da revolução soviética e Segunda Guerra Mundial, Sartre passa de uma reflexão sobre o indivíduo e seu destino pessoal para uma preocupação com os coletivos, com os grupos. A Revolução Soviética havia criado, junto aos setores mais progressistas muita expectativa de transformação revolucionária em todas as esferas da vida, não apenas no campo econômico, mas também no campo político, social e cultural. Sartre ficou intelectualmente mobilizado pelo fato de que aquele acontecimento original, revolucionário, viesse sufoicar autofagicamente seu potencial transformador, assim como ocorrera um século e meio antes com a Revolução Francesa.

Sartre se preocupou então com aquilo que vai chamar de "burocratização dos coletivos". Para esse intelectual crítico, a dialética "é o itinerário do pensamento humano em seu enfrentamento com a natureza e com a sociedade para transformá-las, é a lógica da ação. Procedê mediante contradições, negações construtivas e sínteses parciais, nunca acabadas e sempre sob questão" (Anzieu, 1971, p. 40, tradução livre).

Essa referência dialética vai orientar o pensamento sartreano no que se refere aos grupos. Para ele, o grupo não é um fato estático, mas um todo dinâmico, em movimento, sempre por fazer-se, com relações dialéticas de interioridade entre as partes. Essa concepção opõe-se as tradições naturalista e mecânica que consideram o grupo um organismo vivo ou uma máquina. Fundamentando-se em Marx, Sartre localiza no campo social as bases da dialética que se origina na luta contra a escassez. Tal concepção corresponde às afirmações de Marx de que os homens se associam para satisfazer suas necessidades de sobrevivência, e essa associação gera, por sua vez, novas necessidades.

Sartre distingue Grupo de Aglomeração. Essas duas categorias constituem os pólos do interminável movimento dos coletivos. O grupo provém de uma aglomeração e pode sempre voltar a essa condição. Isso define o processo de inacabamento dos grupos. Todo grupo carrega em si próprio a sua negação, podendo vir a ser o que não é a cada momento do seu processo. Vejamos então a diferença entre aglomeração e grupo.

Aglomeração é um conjunto de pessoas que compartilham do mesmo tipo de escassez, podendo ter um objetivo ou uma característica comum, podendo ainda encontrar-se no mesmo espaço físico - uma fila de pessoas esperando um ônibus ou um conjunto de pessoas que estão atravessando uma via pública - ou não - os leitores de um mesmo jornal. O que caracteriza este conjunto de pessoas é a serialidade, o simples ajuntamento o reduz a uma série numérica, os indivíduos são unidades numéricas de uma série: como uma fila, o primeiro, o segundo, etc. Eles permanecem anônimos entre si, raramente conversam; embora tenham necessidades em comum, procuram satisfazê-las individualmente. Constituem uma justaposição de pessoas solitárias, em geral uma multidão passiva e resignada. Lapassade, um dos criadores da análise institucional, define a série como um coletivo que recebe do exterior sua unidade (1997, p. 277), um conjunto humano sem uma unidade interna. Sartre (2002) associa a serialidade à reificação das relações, isto é, numa série, as pessoas não se relacionam como sujeitos. Ao contrário da série o grupo é totalização.

A vida grupal é uma tensão constante entre serialização e totalização. Sartre (2002) propõe três condições necessárias para que uma série se transforme em grupo: que o interesse que os membros tem em comum se torne suficientemente poderoso para que eles o interiorizem e tomem dele consciência, transformando o interesse "em comum" em interesse "comum". Os participantes desse grupo descobrirão, então, que a interdependência entre eles é necessária para a satisfação desse interesse. Ou seja, apenas conjuntamente podem atingir o que pretendem. A segunda condição refere-se a uma mudança no padrão das comunicações: deixam de ser indiretas e se tornam diretas. Não são mais comunicações unilaterais, são multilaterais dotadas de retro-alimentação e reciprocidade. A última condição que

Sartre estabelece é a existência na sociedade na qual os grupos se inserem, de grupos que defendam ativamente interesses antagônicos, e que provoquem implicitamente a luta entre eles, ou seja, a transformação de uma série em grupo está associada aos conflitos de interesses presentes na sociedade. Essa passagem muda radicalmente a relação entre os membros do grupo, a ação comum nasce livremente de uma práxis¹ que reúne essas pessoas de um modo inteiramente novo, que os tira da inércia coletiva, da impossibilidade de atuar. Sartre (2002) designa como fusão esse momento da passagem da serialidade para grupo. (A fusão é o primeiro momento de um modelo teórico de desenvolvimento grupal e também o exemplo mais puro de grupo, por ser o momento de sua criação no interior da serialidade. A fusão significa desreificação, descrystalização: transformação, sempre consideradas as circunstâncias históricas. Sendo o Inverso da serialidade o grupo se caracteriza, portanto, pelo seu permanente vir a ser, pelo seu inacabamento. Ele só se mantém como grupo enquanto totalização em processo; o grupo sem objetivo se dispersa ou morre.

Para Lapassade (1977), a única forma de um grupo manter-se em totalização, combatendo a volta a serialidade, seria a auto-gestão. A auto-gestão é própria dos momentos de fusão. E o que acontece com os grupos quando passa o momento de fusão? Para Sartre aconteceria o segundo momento, que é o da organização, que por sua vez é precedido pelo que ele chama de "juramento": a instituição de um estatuto de permanência no grupo. É o poder de cada um sobre todos e de todos sobre cada um; "é a passagem ao grupo para si: o grupo se torna 'reflexivo', ele se coloca como grupo", torna-se objeto de sua própria atenção (Lapassade, 1977, p.235). A partir do juramento o grupo se toma sempre e primeiramente como objetivo, isto é, o grupo volta-se para si próprio na tentativa de se autopreservar como grupo. É, segundo Lapassade (1977), a negação da dialética no próprio coração da dialética. Porque, embora não seja ainda a institucionalização, é o que fundamenta a instituição. Com o juramento

1. O conceito de práxis de Marx pode ser entendido como prática articulada à teoria, prática desenvolvida com e através de abstrações do pensamento, como busca de compreensão mais consistente e consequente da atividade prática - é prática elevada de teoria.

o grupo se consolida e se estabelece como referência. Daí, estamos a apenas um passo da produção de desviantes e dos processos de depuração.

A partir da organização, fase que se fundamenta no juramento, se pode falar verdadeiramente em grupo. Praticamente, pode-se dizer que termina o processo de fusão: o grupo agora é um grupo que trabalha, que busca um objetivo, que estabelece formas de funcionar definindo funções. Para Sartre "a primeira característica do grupo que se organiza (e que define o momento em que o grupo, verdadeiramente, tem início) consiste em que o grupo se trabalha: ele se faz grupo e só continua a ser grupo na medida em que se faz continuamente." (Lapassade, 1977, p. 236). Ao fazê-lo o grupo produz no seu interior a criação de aparelhos especializados que vai permitir o desenvolvimento de comandos diferenciados, de poder estabelecido, ou seja, a organização se transforma em hierarquia, e conseqüentemente acentuam-se as exigências de unanimidade, destaca-se a rejeição, os opositores são transformados em traidores; é o que Sartre chamava o momento do terror. E finalmente, nesse caminho de enrijecimento o grupo passaria para a fase da instituição. Para ele, a instituição é uma práxis porque tem finalidades, objetivos, se constitui numa "dialética congelada de fins alienados, de fins libertadores e de alienação desses novos fins. Mas, por outro lado, a instituição como tal possui uma considerável força de inércia" (Sartre, 2002, p.680). Ou seja, a instituição tende a se autoconservar congelada, cristalizada "a prática instituição, no dia em que o grupo, como unidade corroída pela alteridade, é impotente para modificá-la sem que ele próprio fique inteiramente transformado" (Sartre, 2002, p. 682). A interdependência do grupo fusional se transforma em escravatura, pois ela perde a sua livre reciprocidade.

A institucionalização de um grupo é um passo a mais no caminho que levou à organização, o que expressa a contradição vivida por todos os grupos: para manter-se como grupo ele precisa se organizar; na organização, a distribuição de tarefas leva às funções, e a atribuição de funções é necessária à institucionalização, que transforma as funções em obrigação. Na fase de organização as funções são distribuídas pelo grupo nas condições de reciprocidade entre seus membros. Na instituição a obrigação já está dada à priori; ao ingressar numa instituição

o indivíduo já tem atribuídas todas as suas funções em caráter compulsório. Segundo Lapassade (1977) é no nível da organização que aparecem os poderes, ou seja, a questão do poder no grupo em fusão está no próprio grupo, efetivamente como o grupo supera, negando a condição de aglomeração, a questão do poder fica secundarizada porque o poder é democraticamente distribuído. Ou, como ele afirma explicitamente, na fusão a soberania encontra-se na terceira pessoa, quer dizer, em todos e em cada um. Na organização se definem e se especializam as práticas que facilitam a cristalização das relações e o estabelecimento do poder não democrático. Portanto, na instituição aparece o que Lapassade (1977) chama de figura terminal da dialética dos grupos: a burocracia. A burocratização constitui portanto, um instrumento de petrificação dos grupos: com a valorização maior das regras da própria vida grupal, temos um enrijecimento da vida grupal até o ponto necessário a preservação do poder instituído.

A preocupação de Sartre (2002) era a compreensão dos processos coletivos no campo da política e das relações de Estado. Como foi dito inicialmente, o ponto de partida foi a burocratização dos processos revolucionários. No entanto, produziu, a partir dessas reflexões, importantes caminhos para a compreensão dos processos grupais. Dentre as reflexões sartrianas podemos destacar:

1) O caráter de inacabamento dos processos grupais. Nas considerações atuais na perspectiva materialista dialética a idéia sartriana de inacabamento ocupa o lugar central. Esta formulação tem para a prática grupal importantes implicações, teóricas e práticas: o processo de produção do grupo nunca pode ser considerado finalizado, seu movimento tanto pode levar à produção de novas formas de atuação e transformação social ou pode conduzi-lo ao processo de retorno a serialidade, voltando a condição de aglomeração. Série e Grupo convivem permanentemente em todos os processos grupais.

2) O referenciamento da história grupal às classes sociais. Ou seja, nenhum grupo existe isoladamente: o desencadear do processo grupal está necessariamente determinado pela dinâmica das relações sociais mais amplas, em especial das lutas de classes. Assim,

a dialética sartreana de grupos é a manifestação específica, para os grupos, da dialética marxista das classes sociais.

3) A importância das relações de poder dentro do grupo. A dimensão do poder tem que ser considerado em todo processo grupal. Um grupo que não enfrenta as questões relativas ao poder no seu interior, torna-se presa das mesmas em sua pretensão de auto-gestão.

É importante ressaltar que esse modelo de dialética grupal proposto por Sartre (2002) é um modelo teórico abstrato, um modelo ideal. Tomando como ponto de partida a organização do Estado Soviético, resultado da Revolução Soviética, ele vai da passagem, do primeiro momento da constituição do grupo pela fusão até o momento da burocratização total, o que não significa que este é o caminho de todo grupo concreto. Significa apenas um modelo para explicar todos os momentos da transformação, mas cada grupo pode se encontrar num destes estágios sem passar necessariamente por todos nessa mesma ordem. O importante aqui é perceber a potencialidade de transformação, a dialética do inacabamento: o grupo sempre pode vir a ser uma outra coisa que não é.

Ao estudar a evolução dos grupos Sartre (2002) encontrou a institucionalização, abrindo assim um caminho para a compreensão das práticas grupais. Esse caminho possibilitou o desenvolvimento da análise institucional, ocorrido na França tendo como autores principais Loureau e Lapassade. Loureau (1975) propõe a análise da transversalidade, pela qual é possível conhecer a segmentaridade do grupo bem como sua autonomia e seus limites. A transversalidade nos permite compreender a inserção do grupo na instituição. Nenhum grupo existe fora de uma instituição, seja ela real ou imaginária. Assim, todo grupo tem que ser analisado, não como estando dentro de uma instituição, mas fazendo parte dela, assim como a instituição, seja ela a família, a escola, o estado, não existe fora dos grupos que a compõe. Portanto, apenas é possível compreender o processo grupal se essa compreensão estiver articulada à forma como o grupo mantém relações com a instituição e também com os demais grupos com a sociedade da qual ele faz parte. A partir desta constatação Del Cueto e Ferrnandes (1985) propõem, para compreensão dos grupos, uma articulação de

dois movimentos: o primeiro deles é que os grupos não são ilhas, querendo dizer que o grupo sempre tem uma inscrição institucional, isto é, ele sempre faz parte de uma instituição, não no sentido que ele esteja dentro da instituição e esta o envolva por fora, mas no sentido que eles, grupo e instituição, compõem um todo indissociável. A instituição não existe sem os grupos e os grupos são a própria instituição. Isto é, como dizem essas autoras não existe separação entre texto e contexto.

Outro pólo deste duplo movimento, considera que, embora os grupos tenham sempre a marca institucional, não se pode desconsiderar a grupalidade, isto é, aquilo que é específico do "acontecer" de cada grupo. Portanto, cada grupo é peculiar.

Dada a complexidade do "acontecer" grupal, do processo grupal, essas autoras afirmam ser impossível a constituição de uma única disciplina que tenha o processo grupal como objeto teórico. Elas propõem que o estudo do grupo seja considerado como um campo de problemáticas onde se produz múltiplos atravessamentos. Todo processo grupal é produzido por uma complexa combinação de fatores de diversas ordens, fatores subjetivos, institucionais, políticos, sociais, econômicos, culturais, etc. Por essa razão, somente a análise da transversalidade pode propiciar uma compreensão mais abrangente do mesmo.

A análise da transversalidade significa considerar que todos esses fatores podem ser determinantes, em maior ou menor grau, da produção grupal em cada momento. Esta concepção amplia aquela que afirma que o "acontecer" grupal é determinado pelas dimensões vertical e horizontal, sendo a verticalidade aquela que se refere a história pessoal dos participantes do grupo e a horizontalidade, referente ao que acontece na totalidade dos membros do grupo em cada momento.

Muitas vezes um fator sem relação direta com o objetivo do grupo, ou com a história objetiva daquelas pessoas, tem maior poder de determinação de um momento do processo grupal do que o próprio objetivo do grupo. A vida cotidiana oferece vários exemplos desse movimento, dessa determinação do processo grupal por fatores que não estão diretamente ligados a ele: podemos pensar, por exemplo, na interferência do clima reinante no nosso país em todos os grupos, de trabalho, recreativos ou outros, nos dias de jogos do Brasil nas

copas do mundo. Esse exemplo, que toma uma situação aparentemente simples para análise, mostra a possibilidade de interferência no processo grupal de fatores dos mais variados, não ligados diretamente aos objetivos do grupo.

Obviamente os fatores econômicos e políticos são conteúdos importantes para a análise da transversalidade do grupo. Determinados grupos são afetados diretamente por oscilações do mercado financeiro mesmo de países distantes. Mesmo antes dos processos de globalização da economia, vimos esse fenômeno acontecer: a grande quebra da bolsa de Nova York em 1929 afetou de forma significativa a vida de pessoas em todo mundo, trazendo para alguns grupos transformações em seu processo grupal. Um exemplo mais marcante, já no Século XXI, em todos os grupos que se estavam reunidos no dia 11 de setembro de 2001, seja para atividades de trabalho, lazer ou qualquer outra, foi a notícia do ataque as torres do World Trade Center, em Nova York.

PICHON-RIVIÈRE E O INTERJOGO DE PAPÉIS

Outro aspecto de grande importância para o estudo dos processos grupais é o interjogo de papéis que os grupos colocam em ação. Várias teorias de grupo consideram que todo grupo tem como sua principal finalidade atribuir papéis, e, por consequência, conferir identidade social aos indivíduos. Neste sentido, ao outorgar papéis sociais os grupos atuam como instrumentos da reprodução social e manutenção da ordem estabelecida na medida em que a reprodução de papéis garante a produtividade social. Lane (1984) postula que todo grupo atua nesse sentido ou contrariamente a ele: "todo é qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção, e, sob este aspecto, o grupo, tanto em sua forma de organização quanto em suas ações, reproduz ideologia, que, sem o enfoque histórico não é captada (p. 81/82)". Vemos assim, que um grupo nunca é neutro em sua inserção social: atua pela reprodução ou pela transformação da ordem estabelecida.

Para Pichon-Rivière (1994) o grupo se estrutura "sobre a base de um interjogo de papéis" (p. 128) sendo fundamentais no acontecer grupal os mecanismos de atribuição e assunção de papéis. O conceito de papel desenvolvido por George H. Mead (1863-1931), foi incorporado à psicologia social e é referência para vários teóricos que se dedicaram ao estudo dos grupos. O conceito de papel desenvolvido a partir de Mead, está presente com destaque nos estudos sobre grupo de Pichon-Rivière e de Jacob Levy Moreno, o criador da sociometria.

Para Moreno (1972a e 1972b), toda interação social se dá através de papéis sociais constituídos em complementaridade. Assim não haveria possibilidade de desenvolvimento de qualquer papel a não ser na interação com o seu complementar: o papel de pai somente pode existir se houver o papel de filho, o de professor se existir o de aluno, o de juiz se existir o de réu, etc. "O papel é uma forma de funcionamento que assume o indivíduo num momento específico que reage diante de uma situação específica na qual estão envolvidos outras pessoas e outros objetos" (Moreno, 1972b, p. V). Pichón-Rivière (1994) define papel como "um modelo organizado de conduta relativo a uma certa posição do indivíduo em uma rede de interação ligada a expectativas próprias e de outros" (p.124).

Todas as definições de papel contemplam dois aspectos indissociáveis como duas faces da moeda: por um lado o papel é constituído pelas expectativas sociais, isto é, é o que se espera do comportamento de uma pessoa em determinada situação, pré-existindo, portanto, ao sujeito que o desempenha. Por outro lado, o papel não existe sem o efetivo exercício; somente a expectativa social não garante a existência do papel se não houver o sujeito que a preencha. Encontramos no pensamento de Moreno o papel como uma forma de cristalização de conduta devendo ser sempre submetido a esforços de transformação. Essa cristalização nos grupos está associada tanto à organização quanto a burocratização referida por Sartre, constituindo-se em instrumento de manutenção do poder.

Naffah-Neto (1979), abordando os fundamentos do psicodrama, fez interessante estudo sobre a etimologia da palavra *papel*. Por um lado, papel, em francês *role*, em inglês *role*, e em castelhano *rol*, é derivado do latim medieval *rotulus* que significa "folha enrolada contendo

um escrito" (p. 167). A partir do Séc. XI essa palavra passou a designar função social. Outro significado importante refere-se ao papel teatral: aquilo que deve recitar um ator numa peça de teatro. Papel também pode significar a importância social de um indivíduo num contexto e ainda mascaramento, no sentido de viver um papel. Com se vê, os significados da palavra papel abarcam tanto desempenho social como ocultamento. Já a palavra em português *papel*/deriva do grego *pápyrus* tendo passado para o latim como *papiru* e para o catalão como *papel*. Na origem, significa uma erva de cujas hastes se obtém material para a escrita. Os dois caminhos evolutivos tem a mesma origem – um material para a escrita – mas, o segundo caminho indica mais a fonte de onde se retira o material para a escrita do que propriamente o material, como no primeiro. *Rotulus* originou em português *rolo* e *rótulo*, cujos significados se relacionam historicamente com o da palavra papel: rótulo pode ser aquilo que se cola em embalagens, indicando o conteúdo, e pode ser, também uma ação classificatória – rotular, cujo conteúdo social e histórico é pejorativo: "rotular significa colocar rótulo ou classificar com simplismo ou propriedade" (Naffah-Neto, 1979, p. 169). Nos dois sentidos "o rótulo abstrai a realidade que qualifica a partir de uma classe, pois não apreende o objeto ou indivíduo naquilo que tem de peculiar e novo, mas classifica-o dentro de padrões pré-determinados" (p. 169). O rótulo pode, portanto, assim como o papel, ocultar ou mascarar a realidade. Rolo significa embrulho e também, a acepção popular, conflito ou confusão.

Vemos, então, muitos sentidos para a palavra papel: ela ganha significados e conotações de acordo com o contexto, social e histórico, de seu uso. Um ou outro significado ganha importância dependendo deste contexto. Nas teorias de Pichón-Rivière e Moreno, embora se remetam ao sentido de *role*, dão destaque aos sentidos derivados de *rotulus* na medida em que postulam a necessidade de desmistificar os papéis e lidar com os conflitos em grupo. Aqui aparece uma articulação importante da teoria com a prática, ambos autores formularam suas teorias de grupo a partir de práticas sociais e terapêuticas que buscavam a transformação da realidade.

A compreensão dos papéis no processo grupal envolve duas dimensões: a primeira delas se refere aos papéis sociais, que

reproduzem no grupo a estrutura de relação dominante na sociedade, ou seja, relações de exploração e dominação. Neste sentido, Lane (1984) afirma que a alienação, que caracteriza o sujeito que vive numa sociedade de classes, está presente, pela ideologia, em parte significativa das vivências subjetivas que caracterizam o processo grupal. Para esta autora há dois níveis operando nos grupos. Primeiro, o da realidade objetiva, "onde as ações e interações estão sempre comprimidas e amalgamadas por papéis sociais que restringem essas interações ao nível do permitido e do desejado (em função da manutenção do *status quo*)" (p. 84/85). O segundo nível refere-se às vivências subjetivas, que corresponde às representações da realidade. O primeiro nível reproduz o cerne do sistema: a relação dominador-dominado que se expressa na hierarquia entre papéis. O nível da vivência subjetiva reproduz a ideologia dominante na qual se destaca o individualismo, o *self-made-man*, a noção de ser livre, autodeterminado e consciente de sua própria ação e representação. A alienação, presente nas relações sociais, determina a cisão entre a representação e a consciência dos sujeitos sobre si próprios e sobre os outros e suas determinações concretas. Num primeiro momento do processo grupal, frequentemente, os sujeitos assim se representam, de forma alienada, cindida. Os dois níveis em operação se influenciam reciprocamente. Na prática grupal constantemente convivemos com essa realidade: as funções de coordenação ou de representação do grupo, o poder, são, geralmente, atribuídas e assumidas por pessoas em função de seus papéis sociais. Frequentemente essas funções são assumidas por pessoas que pertencem a classes sociais mais altas, que possuem melhor nível de escolaridade, que estão há mais tempo no grupo, etc embora essas características não tenham sem qualquer relação com a tarefa ou objetivo do grupo. Também é comum a expressão nos grupos da hierarquia entre os gêneros: como exemplo, trago minha observação num grupo de formandos em Pedagogia que o orador escolhido foi o único homem da turma. Vemos aqui que a hierarquização dos papéis sociais, concretização da ideologia dominante, se reproduz nos grupos.

A segunda dimensão refere-se aos papéis grupais: são aqueles papéis que vão sendo estabelecidos de acordo com as funções que as

pessoas assumem no processo grupal que são diretamente determinados pelos objetivos do grupo como também pela história individual de cada um de seus participantes. A atribuição e assunção desses papéis pode ser explícita quando o grupo, ao organizar-se, distribui funções: um cuida da logística necessária ao funcionamento do grupo, outro se encarrega de registrar a memória do acontecer grupal, outro da coordenação, etc. Também pode haver uma atribuição e assunção não explicitada pelo grupo: não é raro identificarmos no grupo um elemento que funciona sempre como pacificador, procurando atenuar quaisquer conflitos, assim como seu contrário, ativá-los; outro que proporciona ao grupo momentos de descontração e risos, etc. Pichón-Rivière (1994), destaca alguns papéis importantes presentes na vida grupal e que não tem caráter estereotipados, são funcionais e rotativos. São os papéis de porta-voz, de bode expiatório e de líder:

Porta-voz de um grupo é o membro que em um momento denuncia o acontecer grupal, as fantasias que o movem, as ansiedades e necessidades da totalidade do grupo. Mas o porta-voz não fala só por si, mas por todos; nele se conjugam o que chamamos *verticalidade* e *horizontalidade* grupal entendendo-se por verticalidade aquilo que se refere à história pessoal do sujeito, e por horizontalidade o processo atual que acontece no aqui e agora, na totalidade dos membros. O porta-voz pode desempenhar seu papel porque nele se dá uma articulação entre sua fantasia inconsciente — fantasia que segue um modelo primário — e o acontecer do grupo em que se insere. Esse encaixe permite a emergência do material que deve ser interpretado. A interpretação utilizará esses dois elementos: o vertical e o horizontal.

(...) Seguindo o processo natural de assunção e adjudicação de papéis, um membro de um grupo se faz depositário dos aspectos negativos ou atemorizantes do mesmo ou da tarefa, num acordo tácito no qual tanto ele como os demais componentes do grupo estão comprometidos. Aparecem então os mecanismos de segregação,

configurando-se outra das situações significativas: a do bode expiatório. Outro membro, por outro lado, sempre pelo mesmo processo, pode fazer-se depositário de aspectos positivos do grupo, obtendo uma liderança (...). No entanto, ambos os papéis, o de líder e o de bode expiatório, estão intimamente ligados, já que o papel de bode expiatório surge como preservação da liderança, através de um processo de dissociação ou *splitting*, necessário ao grupo em sua tarefa de discriminação. Acrescentamos a estes três papéis o de sabotador, que é, habitualmente, a liderança da resistência à mudança (Pichón-Rivière, 1994, p. 128/129).

O autor diferencia liderança de coordenação, que são confundidos desde os estudos de dinâmica de grupo da década de 1950. Os estudos de dinâmica de grupo inspirados em Kurt Lewin tratam freqüentemente como equivalentes as funções de coordenação e liderança, associando liderança à capacidade para influenciar o grupo, capacidade para desempenhar algumas funções (planejar, coordenar, tomar decisões), ou realizar atos que auxiliem o grupo a realizar seus objetivos (Cartwright & Zander, 1972). Pichón-Rivière (1994) diferencia essas duas funções, valorizando mais a dimensão afetiva-emocional na definição de liderança: o líder é aquele que facilita o processo grupal por ser depositário das partes boas do grupo. Também nesse sentido, encontramos as concepções de Moreno (1983), que ao tratar da psicoterapia de grupo, diferencia o coordenador do agente terapêutico - que equivale ao líder de Pichón-Rivière, na medida em que facilita o processo grupal:

- a) o grupo está em primeiro plano e o terapeuta encontra-se subordinado a ele;
- b) o terapeuta, antes de emergir na qualidade de líder terapêutico, é simplesmente outro membro do grupo;
- c) cada homem é o agente terapêutico do outro e cada grupo é o agente terapêutico do outro (Moreno, 1983, p. 24).

A coordenação é uma função indispensável em um grupo organizado ou em organização. Para Pichon-Rivière (1994) o coordenador tem por atribuição facilitar o desenvolvimento do grupo fomentando a comunicação: ele atua criando e fomentando processos de comunicação e favorecendo o vínculo entre o grupo e o campo de sua tarefa. Em seu modelo de grupo operativo compete também ao coordenador o esclarecimento, através de pontuações e interpretações das condutas estereotipadas que dificultam a aprendizagem e a comunicação. Em contextos institucionais e principalmente empresariais a coordenação é pré-estabelecida e fixada em uma pessoa que representa a instituição. A forma de coordenação depende do estilo pessoal do coordenador, do objetivo e da tarefa do grupo, e de características da instituição. A coordenação concentra não apenas poder efetivo, que lhe é delegado institucionalmente, como também o poder que lhe é atribuído pelo grupo pela posição de poder.

Quando o grupo tem proposta de auto-gestão, frequentemente a coordenação torna-se uma função rotativa, podendo ser assumida, como qualquer outra, por qualquer elemento do grupo. Nesses casos, o grupo tem consciência para si que a questão do poder não fique eliminada de seu seio apenas pelo fato do grupo ter uma proposta de auto-gestão. Em resumo, a coordenação não precisa ser sempre fixada numa determinada pessoa, mesmo em grupos institucionais.

Voltemos agora ao nível das vivências subjetivas presentes nos grupos. A convivência em grupo desperta sempre algum grau de ansiedade, que pode variar muito em função do contexto grupal, institucional, da tarefa e da história de vida das pessoas. Essas ansiedades frequentemente ativam mecanismos mentais inconscientes promovendo a reedição da vivência de ansiedades básicas que marcam as etapas precoces do desenvolvimento individual. Nesse momento ganha grande importância a dimensão subjetiva - que não segue a lógica da racionalidade consciente. No grupo a ressonância das subjetividades individuais cria o campo da intersubjetividade, que não é apenas a soma das subjetividades individuais, mas que as transcendem. Ao mesmo tempo em que uma dimensão objetiva e racional está em ação, também opera constantemente nos indivíduos

no grupo, uma dimensão subjetiva em que o imaginário ocupa lugar de destaque. Para entender essa dimensão, a psicanálise nos oferece sólida base teórica.

FREUD E O IMAGINÁRIO

Sigmund Freud (1856-1939) criou a psicanálise na passagem entre os séculos XIX e XX tornando-se um dos pensadores mais influentes do último século. Sua obra trouxe grandes transformações na compreensão da vida mental e provocou reações contrárias, principalmente pela descoberta de dois aspectos:

- 1) A vida mental não se limita à consciência; o inconsciente, irracional e desorganizado, atua paralelamente à consciência e às vezes exerce um domínio sobre esta na determinação do comportamento. O inconsciente se expressa na vida cotidiana através dos sonhos, dos atos falhos e dos sintomas neuróticos.
- 2) A sexualidade é o principal impulso que motiva as ações humanas; sua ação caracteriza-se pela busca do prazer desde o nascimento até a morte. A descoberta de uma sexualidade infantil, que contrariou frontalmente a concepção de infância então vigente, abriu uma nova perspectiva da vida infantil e adulta. Para Freud a infância é o período fundamental da estruturação da personalidade. As vivências nesta etapa da vida deixam importantes registros, principalmente inconscientes, que são ativados em várias situações específicas da vida adulta. Esses registros são determinantes para as reações do indivíduo diante de situações que desencadeiam a ansiedade e determinam formas de comportamento típicas do inconsciente, mais próximos da vida emocional infantil, do que da vida adulta.

Freud não se dedicou diretamente ao estudo dos grupos, embora tenha formulado uma teoria básica sobre a vida grupal na *Psicologia Grupal e Análise do Ego* (Freud, 1975). Mais do que esta obra em si, os conceitos básicos da psicanálise constituíram o ponto de apoio para o desenvolvimento de trabalhos com grupos realizados por psicanalistas.

Del Cueto & Fernandes (1985) afirmam que a tarefa grupal não estrutura o grupo, mas é um elemento convocante do mesmo. Para as autoras, apenas podemos falar que um grupo se estrutura quando aparecem as formações imaginárias grupais: "Para que um grupo de pessoas possa passar da serialidade a grupo, deverá ir consolidando um conglomerado de "representações" imaginárias. Estas tanto poderão propiciar tanto a tarefa, a solidariedade e eficácia grupal, como os conflitos, a ineficácia, etc. Não existe grupos em formações imaginárias estritamente grupais" (p. 31, tradução livre).

Das formações identificadas pelas autoras, destacamos algumas mais importantes para a compreensão de qualquer processo grupal:

Rede de identificações cruzadas: a identificação constitui o mecanismo psicológico mais primitivo. Consiste no "processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações" (Laplanche & Pontalis, 1979, p.295). O mecanismo da identificação é o meio pelo qual o indivíduo vai moldando sua personalidade ao transcorrer da vida. No período do Complexo de Édipo, momento fundamental da estruturação psíquica, segundo Freud, é a identificação com um dos progenitores que vai possibilitar a identidade de gênero do sujeito humano. O protótipo da situação de identificação faz referência a uma fase bastante precoce da vida infantil: pressionada pela angústia, decorrente da ameaça sofrida por um aparelho psíquico frágil e precário, a criança defende-se imaginariamente, identificando-se com o adulto, transitando de uma condição de impotência para a onipotência.

A situação de grupo mobiliza não apenas a fantasia de realização de desejos, como também as de ameaça ao próprio ego. A identificação é importante mecanismo psíquico usado para o enfrentamento de novas situações sociais. Quando ingressamos num grupo de pessoas desconhecidas, buscamos nos aproximar daqueles que tenham mais semelhança conosco, como forma de diminuir a ansiedade presente na situação. Às vezes, alguns atributos reais servem de suporte identificatório: classe social, profissão, idade, sexo, origem étnica, entre outros. Quando não é possível perceber nenhum desses traços,

podemos atribuir imaginariamente uma característica a uma pessoa na qual vai se apoiar a identificação, por exemplo: simpática, compreensiva, acolhedora, etc.

A identificação entre os membros do grupo vai constituir uma rede que dará forma a uma matriz grupal. Essa matriz é o que diferencia um grupo do outro. A rede de identificações cruzadas é constituinte essencial da subjetividade grupal, é o motor da vida de um grupo que determina seus movimentos, sendo determinante da flexibilidade ou rigidez, da eficácia ou paralisia de um grupo. A rede de identificações cruzadas vai se transformando durante o processo grupal em função da própria produção grupal, ou seja, ela está constantemente se movimentando, independentemente de mudanças na composição do grupo. Para a compreensão desta matriz grupal, constituída pela rede de identificações cruzadas, as autoras usam a imagem do caleidoscópio, que com os mesmos elementos, sempre em movimento, organiza e reorganiza novas formas.

Rede transferencial: entrecruzada com a rede de identificações, vamos encontrar sempre nos processos grupais uma rede de transferência. A transferência é um dos conceitos fundamentais da psicanálise formulados por Freud que designa "o processo pelo qual os objetos inconscientes se atualizam sobre determinados objectos no quadro de certo tipo de relação estabelecida com eles, e, eminentemente, no quadro da relação analítica (Laplanche & Pontalis, 1979, p. 668). O termo objeto é usado no sentido de objeto psíquico, é a pessoa a quem é dirigida a libido, a energia psíquica. A transferência é um fenômeno comum na vida cotidiana, mas foi descoberta e utilizada por Freud no contexto do tratamento analítico, ao descobrir que vários pacientes dirigiam a ele o mesmo sentimento direcionado, na infância, a um dos progenitores. Frequentemente direcionamos a uma pessoa sentimentos ou idéias originadas de nossa vida infantil, dirigidas, então, a pessoas que nos foram significativas. Trata-se, portanto, de uma repetição de protótipos infantis, que, por ser inconsciente é vivida como se fosse atual. Muitas situações profissionais estimulam o aparecimento de transferências pela própria estrutura da relação entre os participantes, uma delas, muito comum, é a situação educativa: a relação educador-educando evoca frequentemente as relações familiares assimétricas.

A vida grupal oferece campo fértil para atualizações transferenciais: "quando uma pessoa ingressa num grupo, traz consigo uma série de desejos, alguns conscientes, outros não, que transfere para certas figuras dentro do grupo (...) certos lugares no grupo auferem de certos poderes e sobre eles se polariza o maior fluxo transferencial" (Del Cueto & Fernandes, 1985, p. 35). Isso significa que, independentemente da natureza do grupo, a coordenação é alvo privilegiado de fluxos transferenciais; assim também como acontece com a instituição na qual o grupo existe. Muitas vezes aqueles que ocupam a coordenação de um grupo são vistos como representantes da instituição e assim se tornam depositários dos afetos originalmente dirigidos a ela. Profissionais que ministram cursos, por exemplo, como prestadores de serviços, a empresas ou instituições públicas, podem surpreender-se com a hostilidade que lhes é dirigida quando não percebem que foram constituídos em objetos de transferências. Além da coordenação e da instituição também os outros membros do grupo, ou algum elemento do mundo externo, podem ser objeto de transferência. Mas, no entrecruzamento das redes de identificação e de transferência, estas últimas são mais freqüentemente dirigidas à coordenação, enquanto que os fluxos identificatórios circulam mais entre os membros do grupo.

Quando propomos que a transferência é um movimento que opera fundamentalmente dos integrantes para o coordenador e que os processos identificatórios circulam preponderantemente entre os integrantes, indicamos que estas serão suas cristalizações mais patentes. A rigor, para que a rede de identificações se produza, é necessário que, em sua base, esteja se organizando uma rede transferencial, no sentido que se desentadeie a possibilidade de se repetir circuitos de relações arcaicas.

Em um primeiro momento, cada membro de um grupo recém constituído, se dirige aos coordenadores, e não ao grupo; não reconhece os outros. Isso pode variar de grupo para grupo, porém, podemos afirmar que, no geral, a primeira reunião do grupo nos fala inicialmente de sua serialidade (Del Cueto & Fernandes, 1985, p. 37).

Assim, a fase inicial da constituição de um grupo, em função do entrecruzamento das redes identificatórias e transferenciais, é importante para o seu desenvolvimento. Um coordenador que pretenda fortalecer a coesão grupal, trabalhará, no início, para estimular a identificação entre seus membros, evitando colocar-se "no centro" do grupo e estimulando a troca entre os seus integrantes.

Ilusão Grupal: Embora etimologicamente "ilusão" seja causada pelo engano dos sentidos, para Freud ilusão não é um erro, mas "uma crença engendrada pelo impulso em direção a satisfação de um desejo, prescindindo de sua relação com a realidade. O poder de uma ilusão, o segredo de sua força, não está na força coletiva real, mas na força ilusória de tais desejos" (Del Cueto & Fernandes, 1985, p. 43).

A ilusão grupal é uma crença, que todo grupo tem, de que é capaz de atingir o seu objetivo. Um grupo que não acredita que pode alcançar seus objetivos se desfaz, não consegue manter-se como grupo. A crença em sua capacidade, ou a ilusão grupal, é que garante a força necessária para o grupo enfrentar suas adversidades, manter suas crenças e caminhar em direção ao seu objetivo. "(...) esta ilusão criará as condições para se atingir a um "nós", desenvolver um sentido de pertinência, organizar um código comum" (...) "todo conjunto da vida do grupo aparece como modelado com caráter estruturante por uma ilusão grupal que fala de seus desejos" (Del Cueto & Fernandes, 1985, p. 45).

A expressão da ilusão grupal pode ser observada em determinados momentos do grupo, naquele em que seus membros manifestam uma satisfação narcísica por pertencer a tal grupo, com manifestações de auto-enaltecimento grupal e referências de superioridade em relação a outros grupos. É comum, nesta fase, o grupo atribuir-se nomes heróicos ou que fazem referências a seus aspectos enaltecidos.

Rede de identificações, transferências e ilusão grupal são formações imaginárias, presentes em todo desenvolvimento de um grupo, marcando fortemente a subjetividade de cada grupo e a própria produção grupal.

MORENO E A SOCIOMETRIA

Por último, podemos considerar uma outra teoria importante para a compreensão dos processos grupais: a sociometria de Moreno. Jacob Levy Moreno (1889-1974) é conhecido pela criação do psicodrama, o método psicoterápico. O psicodrama é uma aplicação da sociometria – estudo das leis que regem o comportamento social e grupal – um sistema teórico que articula as descobertas de uma intensa produção de toda uma vida voltada inicialmente para a transformação social. Para compreender a sociometria é necessário acompanhar a trajetória da vida de seu criador:

Em seus primeiros trabalhos, ainda jovem com menos de 20 anos, encontramos Moreno brincando com as crianças nos Parques de Viena contando histórias, utilizando jogos que estimulavam a espontaneidade e ao mesmo tempo desafiavam os valores herdados. Em 1913, como estudante de medicina, já explicitava sua preocupação com grupos socialmente discriminados: realizou um trabalho com um grupo de prostitutas no Distrito Luz Vermelha de Viena cuja motivação relata em sua autobiografia:

Aqui se achava uma classe inteira de gente segregada pelo resto da sociedade, não por causa de sua religião ou caráter étnico, mas por causa de seu trabalho. Elas eram inaceitáveis para os burgueses, os marxistas, até mesmo para os criminosos. Estes, após cumprirem suas sentenças, são novamente pessoas livres. Mas essas mulheres estavam perdidas para toda a eternidade. Não tinham nenhum direito civil. Não havia leis nem mecanismos sociais para proteger seus interesses (Moreno, 1997, p.65).

Moreno começou frequentar suas casas acompanhado de um amigo médico, especialista em doenças venéreas; antes de tudo teve que vencer a resistência dessas mulheres acostumadas a abordagem de religiosos que frequentemente tentavam fazê-las mudar de vida. Moreno pretendia ajudá-las a se organizar e não aceitar como fato inalterável o estigma que as oprimiam. Aos poucos elas foram se

envolvendo e desenvolveram formas coletivas de enfrentamento da discriminação.

No final de 1993, as prostitutas realizaram um encontro de grandes proporções em um dos maiores salões de Viena, o Sofienal. Já nessa ocasião, havia uma verdadeira organização co-dirigentes eleitas. Elas dirigiam a reunião. Dr. Gruen e Sr. Colbert encontravam-se no palco. Eu estava lá apenas como um "civil" e fiquei na plateia. As moças estavam muito orgulhosas de si naquela noite (Moreno, 1997, p.67).

Durante a Primeira Guerra Mundial Moreno trabalhou – como estudante de medicina - em campos de refugiados tirolezes. Num desses campos, Mitterdorf, desenvolveu o que mais tarde seriam as técnicas sociométricas, ao levar em consideração a afinidade entre as pessoas na distribuição geográfica das barracas de refugiados. Terminada a guerra e diplomado médico, ao mesmo tempo em que praticava a medicina, Moreno criou o Teatro da Espontaneidade, pretendendo revolucionar a cultura no campo que lhe parecia mais expressivo de seu caráter estereotipado: o teatro convencional. Voltar seu foco de intervenção para o mundo teatral significou uma mudança de estratégia, mas não uma renúncia ao seu projeto utópico de ajudar a humanidade a se libertar das conservas culturais. Na experiência do Teatro da Espontaneidade surgiram as bases do psicodrama, na descoberta das potencialidades terapêuticas da ação teatral.

Em 1925 emigrou para os Estados Unidos onde pode ampliar sua atuação em diversas áreas. Duas experiências foram fundamentais nesta fase para o desenvolvimento das técnicas sociométricas. O primeiro deles foi o projeto de pesquisa desenvolvido em 1931 na prisão de Sing-Sing com o objetivo de transformá-la em uma comunidade social. O uso de diversas técnicas de investigação e de intervenção, inclusive de psicoterapia grupal, produziu uma total reformulação na vida prisional. A repercussão desse trabalho gerou entre outras coisas um convite para Moreno desenvolver um projeto da escola para a educação de moças no Estado de Nova York. As duas

experiências produziram consistente e copioso material apresentado no livro "Who Shall Survive?", traduzido para o espanhol como "Los fundamentos de la sociometria" que sistematiza as técnicas sociométricas e os princípios metodológicos da sociometria.

O conjunto de sua obra foi, por ele próprio, chamada de "Sociometria", definindo-a como "a ciência das leis sociais" (Moreno, 1972a) desenvolvida em três ramificações metodológicas principais (Moreno, 1974): a **sociometria** (a ciência da medida do relacionamento humano), a **sociodinâmica** (a ciência da estrutura dos grupos sociais) e a **sociatρία** (ciência do tratamento dos sistemas sociais). Enquanto na sociodinâmica desenvolveu a teoria dos papéis, na sociatρία desenvolveu o psicodrama e o sociodrama, a sociometria voltou-se para o estudo dos grupos por métodos experimentais, atribuindo à experimentação natureza antagônica àquela definida pela ciência positivista. O cientista moreniano é parte implicada na realidade social e comprometida com sua transformação:

(...) "Se não é nada mais que um sujeito lançado na interioridade e no entrecruzamento decorrentes intersubjetivas isso significa tão somente que sua posição não o privilegia mais do que aos outros sujeitos implicados e que, neste sentido, o experimento tem que ser um projeto movido do interior e envolvendo a participação conjunta de todos" (Náfráh-Neto, 1979, p. 130).

Moreno desenvolveu o teste sociométrico como principal instrumento da pesquisa sociométrica com objetivos de diagnóstico e transformação grupal. Seu uso divide-se em duas etapas. Na primeira, o teste de escolhas, cada membro do grupo é convidado, de acordo com um critério específico que define um projeto geral, a se posicionar frente a cada um dos outros membros na forma de escolhas positivas, negativas ou neutras (atração, rejeição, indiferença), indicando as razões de sua escolha. Na segunda fase, o teste de percepção, cada membro do grupo deve indicar como foram as escolhas dirigidas a si por todos os membros do grupo. O conjunto das respostas pode ser transportado para um gráfico próprio chamado de sociograma, que

vai expressar as congruências ou incongruências de respostas em cada vínculo, e as diversas estruturas subjacentes: correntes, triângulos, quartetos e outros. O material produzido por esse procedimento é a base para o grupo, implicado em se conhecer e se autogerir para, partindo de um diagnóstico, definir um projeto de mudança grupal em função dos objetivos estabelecidos. A sociometria, como parte da sociometria, constitui-se como prática psicossociológica, que busca a compreensão da dimensão psíquica e social, articuladas.

Uma das importantes formulações da sociometria é o que Moreno chamou de **diferença dinâmica** na estrutura do grupo. Esta se refere à discrepância existente entre a conduta oficial e a conduta secreta dos membros do grupo. Ou seja, os fluxos afetivos que circulam no grupo são diferentes do que aparentam ser, mostram outra estruturação, se analisados através do método sociométrico: há uma conduta aparente e uma subjacente entre os membros do grupo. Moreno chama de realidade social a síntese e interpretação dinâmica dessas duas dimensões, chamadas por ele respectivamente de sociedade externa e matriz sociométrica. Tornar a conduta subjacente explícita, contribuir para a síntese desses níveis, é parte do processo de desenvolvimento do grupo.

Os princípios metodológicos da sociometria moreniana, que fundamentam a pesquisa sociométrica, podem ser identificados com os princípios da pesquisa-ação-participativa. A opção metodológica é claramente contrária a tentativa de aplicar ao estudo das relações sociais o método das ciências exatas, paradigma dominante nos Estados Unidos naquele momento, pois a natureza do objeto deve determinar o método, segundo Moreno. Assim, é impossível realizar investigação social a partir de uma suposta separação entre o investigador e o objeto. Tampouco as situações estudadas podem se reduzir ao que é controlável, como pretendia o positivismo. Na pesquisa, a separação entre sujeito e objeto é impossível quando o objeto é o próprio homem.

Cada ciência se refere a uma constelação de fatos; possui seus próprios meios para medi-los. Sem instrumentos convenientes de descoberta ou de mensuração uma ciência não poderia existir. A primeira tarefa que cada

ciência deve cumprir é a precisa determinação das condições em que se produzem os fatos importantes. Cada ciência tem sua maneira própria de cumprir essas tarefas. (...) a sociedade humana não tem nada de um automatismo dado e fixado. Ainda que estreitamente ligada a condições físicas e biológicas, possui uma estrutura cuja criação e desenvolvimento dependem de condições internas e que, em consequência, deve-se estudar desde seu interior (Moreno, 1972a, p.65-66)

Chegamos pois, pelas palavras de Moreno, à posição do investigador social: só é possível estudar um grupo dele participando. Não se pode conhecer uma estrutura grupal observando-a de fora. Isso somente seria possível a uma metodologia que aceitasse o mito da objetividade e da neutralidade do cientista que o coloca fora do campo de estudo, em oposição ao objeto. Tal metodologia desconsideraria as trocas afetivas e espontâneas e o movimento interno do grupo, ou seja, a própria condição humana. O pesquisador deve funcionar como catalizador dos movimentos latentes de transformação que emanam da realidade pesquisada.

Ao estabelecer que só é possível conhecer a sociedade humana no que ela tem de dinâmica, de movimento, a metodologia sociométrica opta pela pesquisa-ação. "Moreno conhecia a crítica marxista a Feurbach e aos pós-hegelianos e sabia da impossibilidade de o cientista colocar-se à margem do fenômeno social como um observador imparcial e "objetivo", assumindo como verdade o fato de que toda verdadeira teoria que pretendesse dar conta da realidade humana deveria, consequentemente, pressupor uma "práxis" (Naffah-Neto, 1979, p. 121).

A seqüência de regras ou passos da pesquisa sociométrica desenvolvida por Moreno explicita alguns princípios que identificamos como os da pesquisa-ação-participativa:

1. No início do experimento social, o caminho mais confiável para o pesquisador participar do processo de aquecimento é tornar-se membro do grupo (regra da co-ação do pesquisador com o grupo);

2. A melhor garantia para a objetividade é a transformação de todos os membros do grupo em pesquisadores e definir juntamente com eles a condução do experimento social (regra da participação universal na ação);

3. O objetivo do experimento social deve atender ao interesse e necessidade do conjunto dos membros do grupo de forma que o experimento seja uma oportunidade para que o sujeito se torne um agente ativo dos assuntos que dizem respeito à sua vida (regra da motivação adequada).

Portanto, o pesquisador realiza sua pesquisa participando do grupo, em conjunto com ele, assumindo sua subjetividade e procurando colocar-se como instrumento do projeto grupal. Mas, para Moreno, não basta a transformação do investigador em participante; essa necessita ser completada pela atribuição do papel de investigador a todos os membros do grupo. Para que o experimento se concretize é necessário que todos os membros sejam também investigadores, participando na condução do experimento e na explicitação das vivências grupais. Em vários momentos de sua obra Moreno se refere a tal processo como a realização do duplo papel do pesquisador: investigar e participar. Assim como é duplo o papel do participante: participar e investigar. Além disso, a pesquisa realizada, produz conhecimentos e ao mesmo tempo está sintonizada com as necessidades dos membros do grupo. Isso é fundamental na pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: a participação dos sujeitos envolvidos no processo de produção de conhecimentos e nas ações educativas ambientais somente tem sentido se estes conhecimentos e estas ações trouxerem transformações significativas para todos os participantes do grupo de pesquisadores parceiros.

CONCLUSÃO

A pesquisa-ação-participativa é uma metodologia de pesquisa que articula a produção de conhecimentos, ação educativa e participação numa perspectiva necessariamente transformadora da realidade. Na

educação, e na educação ambiental, a ação e o conhecimento relacionam-se à transformação das formas históricas e políticas, da relação dos sujeitos entre si e com o ambiente em que vivem.

Isso implica num processo coletivo de pesquisa e de ação participativa, que se desenvolve pela convivência dos sujeitos em um grupo. Neste sentido, o pesquisador, tendo ou não consciência, conduz um processo grupal que tem suas próprias leis, desempenhando, na maior parte das vezes, o papel de coordenador, com grande poder de determinação na vida grupal. Neste estudo, procuramos apontar os principais fatores que contribuem para a produção grupal.

A concepção de grupo e de processo grupal que orientou este estudo, tem grande identidade com a pesquisa-ação-participativa e com a educação ambiental crítica e transformadora. Vejamos as principais contribuições:

O processo grupal é histórico, dinâmico e inacabado. Ou seja, o grupo tem sempre uma inserção histórica e o seu sentido é definido por essa inserção: o processo grupal só pode ser compreendido se levarmos em conta o contexto social, histórico, político e cultural em que ele atua, portanto o grupo é histórico. Além disso, é transformador: o grupo só é grupo quando realiza um processo de transformação (do próprio grupo, de suas relações com os outros grupos e instituições e dos sujeitos-participantes). Essas características implicam na ideia de que o grupo é um todo dinâmico em permanente fazer-se, um todo inacabado e intencionalmente construído: o desenvolvimento de um grupo não está garantido por sua simples existência, ele precisa organizar-se para se realizar como grupo, mas essa organização traz o risco da cristalização, do engessamento, na medida em que atribui funções que podem se tornarem fixas. A única possibilidade de evitar a cristalização das funções em um grupo é a auto-gestão. Esta é uma preocupação tão importante no processo grupal que, o risco da cristalização e as formas de superá-la, orientam várias das formulações teóricas abordadas neste estudo.

A compreensão do processo grupal exige também a consideração de aspectos que não estão diretamente ligados ao acontecer grupal como as características e as histórias das pessoas que o compõem e os objetivos e tarefas do grupo. É necessário considerar que os fatores

políticos, econômicos, sociais, culturais e, principalmente, institucionais podem em determinado momento, ter maior poder de determinação do processo grupal. Isso nos leva a pensar, também, que do ponto de vista epistemológico, é impossível compreender o processo grupal a partir de uma única ciência, o que exige a interdisciplinaridade.

Na medida em que atribui funções aos participantes, o grupo atribui papéis, alguns papéis grupais têm maior importância no desenvolvimento do grupo: porta-voz, líder, e bode expiatório. Os papéis sociais, determinados fora do grupo, se mantêm atuantes nos grupos e podem ser importantes definidores do processo grupal na medida em que portam grande carga ideológica.

Nos grupos operam dois níveis de realidade: uma realidade **objetiva** que se expressa nos papéis sociais que trazem para o grupo o padrão das relações predominantes na sociedade, e uma realidade **subjetiva**, das representações, da internalização do mundo objetivo caracterizadas pela ideologia e as formações imaginárias grupais. A contribuição psicanalítica permite identificá-las como rede de identificação cruzadas, rede de transferência e ilusão grupal. Além disso, há duas estruturas atuando no processo grupal: a realidade externa, o que é visível e se apresenta ao observador e que corresponde à existência formal do grupo e a matriz sociométrica que corresponde a estruturas de relações entre os indivíduos e sub-grupos e só pode ser revelada através da investigação. As relações entre estas duas estruturas é o objeto de estudo da sociometria. Esse estudo é desenvolvido, na sociometria, por uma metodologia que tem como princípio a indissociabilidade entre a investigação e a intervenção, a ação. Essa metodologia parte do princípio de que não é possível conhecer um grupo estaticamente, sem participar de seu movimento transformador, o que implica em outro princípio: todos os participantes são também investigadores. Por último, a investigação da ação será possível apenas se seus participantes estiverem fortemente motivados, isto é, a investigação tem que ter sentido na vida desses sujeitos. A sociometria possibilita a compreensão de aspectos presentes mas não explícitos nos fenômenos interrelacionais no interior dos grupos incluindo as trocas afetivas e de poder.

Se a melhor maneira de estudar a sociedade humana é estudá-la no que ela tem de dinâmica, de movimento, isto é, realizando uma ação transformadora, é fundamental conhecê-la participando de suas mudanças, pois os grupos sociais nunca são estáticos. Nesta perspectiva a metodologia mais própria para a interpretação dessa realidade dinâmica é pesquisa-ação, radicalizando a participação dos sujeitos envolvidos neste processo transformador. Portanto, o pesquisador realiza a sua pesquisa participando do grupo, em conjunto com ele, assumindo sua subjetividade e procurando colocar-se como instrumento do movimento coletivo, do processo grupal.

Mas a transformação do investigador em participante não é suficiente para criar as condições de transformação nessa intervenção: também é necessária a atribuição do papel de investigador a todos os membros do grupo. Para que um projeto de pesquisa-ação-participativa se concretize plenamente como movimento transformador é necessário que todos os membros sejam também investigadores, participando na condução da pesquisa e na explicitação das vivências grupais. Vejamos como Moreno se refere a tal processo:

Mas ao tornar-se um membro do grupo, você se vê roubado do seu papel de investigador, que é o de estar fora dele, projetando, criando e manipulando o experimento. Não se pode ser um membro do grupo e simultaneamente um "agente secreto" do método experimental. A saída é dar a cada membro do grupo um *status* de pesquisador, fazer de todos eles experimentadores e procurar entrar em acordo com eles na condução do experimento social...

Mas o pesquisador, ao abrir mão de sua identidade, o que obteve para a parte lógica de sua pesquisa? Num primeiro momento parece que não obteve nada. Não parece possível que possa organizar, a fim de provar sua hipótese, duas situações controladas e contrastantes, mais facilmente do que podia antes. Mas, socraticamente fazendo obteve algo: está tendo experiência *em situ*, está aprendendo. Como um movimento dialético em direção a um método

sócio-experimental genuíno de futuro, está realizando um progresso vagaroso, mas real. Em vez de apressar-se na testagem de uma hipótese pela construção rápida de um grupo controle *versus* um grupo experimental, um pseudo-experimento com pseudo-resultados, ele usa de seu tempo para pensar na sua nova situação em toda sua amplitude. Uma hipótese poderia ainda ser verdadeira, embora nunca validada. É melhor esperar até que possa ser verdadeiramente validada, em vez de invalidá-la validando-a prematuramente. Na medida em que o tempo passa, ele se torna cada vez mais ajustado ao seu duplo papel, na medida que o compartilha com cada membro do seu grupo. (Moreno² apud Naffah-Neto, 1973, p. 131).

Podemos concluir que o pesquisador, no processo de intervenção, ação, investigação da pesquisa-ação-participativa, está constantemente desempenhando o papel de investigador social e estimulando os membros do grupo a assumirem também este papel.

Mas, se algumas das teorias aqui apresentadas mostram-se revolucionárias quanto ao estudo e transformação dos grupos no espaço intrapsíquico e microsociológico, e, com isso, contribuem para a metodologia da pesquisa-ação-participativa, elas perdem sua força numa perspectiva macrosociológica – como podemos observar nas contribuições de Freud e Moreno. Nesse aspecto, eles foram incapazes de perceber os determinantes históricos. Por isso as propostas de transformar a sociedade a partir das transformações de grupos fechados ou localizados fora do circuito da produção econômica, como vimos em Moreno, esvaziava-se. É necessário, portanto, situar o estudo dos grupos no contexto das relações entre classes sociais da mesma forma que é necessário considerar a existência de papéis históricos.

Dotar os métodos aqui apresentados de uma visão histórica que permita romper os limites dessas propostas significa considerar os

2. No original essa citação de J.L. Moreno está num artigo Psychological Organizations of Groups in Community, Yearbook of Deficiency, Boston, 1973, de difícil localização e sem tradução no Brasil.

sujeitos em todas as suas dimensões: a psíquica, a grupal, a social e a histórica, situando-os num tempo e espaço historicamente determinados pelas relações entre classes sociais. E o método que pode complementar essas propostas e ser por ela complementado neste sentido é o materialismo dialético. Aliás, quando falávamos de alguns princípios do processo grupal poderíamos também estar falando do método desenvolvido por Marx, pois a proposta de se estudar a sociedade de dentro dela e ao vivo, participando da realidade social e transformando-a, revela uma total convergência com o marxismo.

A metodologia materialista dialética rejeita o estudo da sociedade que se baseia somente nos dados imediatos, como freqüentemente fez a Psicologia, que, para estudar o homem, atomiza-o e dirige sua atenção para as partes consideradas isoladamente, tirando daí explicações para o comportamento humano, que não podem dessa forma superar o mecanicismo e o empirismo que as revestem. Aliás, ao assim proceder, a Psicologia está repetindo o que já foi feito no campo da produção material, retalhando o trabalho humano em operações estanques em nome da racionalidade. O materialismo dialético rejeita a imediatéz (assim como rejeita a abstração racionalista) porque a realidade social não pode estar imediatamente dada. É necessário partir do imediato, do que se apresenta, e percorrer o caminho inverso de sua constituição, considerando o processo histórico como a totalidade. Foi assim que Marx, partindo do estudo da mercadoria como forma acabada, pôde penetrar nas entranhas da constituição do modo capitalista de produção e colocá-lo a nu, mostrando os princípios que o regem.

Assim, devemos partir do fenômeno manifesto para chegarmos ao que não é mostrado pelos dados imediatos, tomando sempre como referência a história como um todo. Estes pressupostos metodológicos nos permitem situar o que é produzido nos contextos grupais dos processos de investigação participantes em relação ao contexto social, considerado no processo histórico. Assim, podemos entender, pela participação radical dos sujeitos nas relações coletivas para interpretação da realidade, os fenômenos educativos ambientais como historicamente produzidos.

REFERÊNCIAS

- ANZIEU, D. & MARTIN, J.Y. *La dinâmica de los grupos pequeños*. Buenos Aires: Kapelusz, 1971.
- CARTWRIGHT, D. e ZANDER, A. *Dinâmica de Grupo*. São Paulo: Herder, 1967.
- CHAUI, M. *O que é ideologia*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DEL CUETO, A.M. e FERNANDES, A.M. El dispositivo grupal. In: BAREMBLITT, G. *Lo Grupal 2*. Buenos Aires: Editorial Busqueda, 1985.
- FOUCAULT, M. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- FREUD, S. *Psicología de las masas y análisis del yo*. Buenos Ayres: Amorrortu Editores, 1975. Obras Completas, v 18.
- LANE, S. O processo grupal. In: LANE, S. & CODD, W. *Psicología Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B. *Vocabulário da Psicanálise*. Lisboa: Moraes Editora, 1979.
- LE BON, G. *Psychologie des foules*. Paris: Retz-C.E.P.L., 1975.
- LOUREAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MARX, K. *O Capital*. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.
- MAILHOT, G.B. *Dinâmica e gênese dos grupos*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- MONTEIRO, L.G.M. Objetividade X Subjetividade: da crítica à psicologia à psicologia crítica. In: LANE, S.T.M. e SAWAIA, B.B. *Novas verdades da psicologia social*. São Paulo: EDUC/Brasiliense, 1995.
- MORENO, J.L. *Autobiografia*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. *Fundamentos de la sociometria*. Buenos Aires: Paidós, 1972a.
- _____. *Fundamentos do Psicodrama*. São Paulo: Summus, 1983.
- _____. *Psicodrama*. Buenos Aires: Hormé, 1972b.
- _____. *Psicoterapia de grupo e psicodrama*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- NAFFAH-NETO, A. *Psicodrama: descolonizando o imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- SARTRE, J.P. *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Infothes Informação e Tesouro

T678 Tozoni-Reis, Marília Freitas de Campos, Org.
A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas.
/Organização de Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis. – São Paulo:
Annablume; Fapesp; Botucatu: Fundibio, 2007.

166 p.; 14 x 21 cm

ISBN 978-85-7419-773-9

1. Educação Ambiental. 2. Metodologia da Pesquisa. 3. Pesquisa Ação.
4. Pesquisa Participativa. 5. Produção de Conhecimento. I. Título.

CDU 37.035.5
CDD 372.6

Catálogo elaborada por Wanda Lucia Schmidt – CRB-8-1922

A PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES TEÓRICAS

Coordenação de produção

Ivan Antunes

Diagramação

Lívia C. L. Pereira

Capa

Carlos Clémen

CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Perñuela Cañizal

Norval Baitello Junior

Maria Odília Leite da Silva Dias

Celia Maria Marinho de Azevedo

Gustavo Bernardo Krause

Maria de Lourdes Sekeff (*In memoriam*)

Cecília Almeida Salles

Pedro Roberto Jacobi

Lucrecia D'Alessio Ferrara

1.ª edição: dezembro de 2007

Reimpressão: abril de 2009

© Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis

ANNABLUME EDITORA . COMUNICAÇÃO

Rua Martins, 300 . Butantã

05511-000 . São Paulo . SP . Brasil

Tel e Fax: (011) 3812-6764 – Televidas 3031-1754

www.annablume.com.br

Um dos mais importantes psicólogos humanistas de nosso tempo, Abraham Maslow, disse certa vez que "se a única coisa que você tem é um martelo, tenderá a tratar todas as coisas como pregos". Passei anos de minha vida de iniciante em pesquisas entre martelos e pregos. Aprendi aos poucos que posso carregar na caixa de ferramentas chamada "método" alicates, chaves de fenda, trena, furadeiras, plainas, além de outros instrumentos. Aprendi mais tarde que bem melhor do que as minhas máquinas são as minhas mãos. E quem as dirige não são as ferramentas de que me valho, mas o meu coração e a minha mente, que dão sentido à maneira que trabalho, às ferramentas e às minhas mãos".

Carlos Rodrigues Brandão em A Pergunta a Várias Mãos,
Editora Cortez, 2003.